

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

PROCESSO PENAL

3.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

PROCESSO PENAL

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

3.^a edição
revista, atualizada e ampliada



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário Texto

Fechamento desta edição [06.03.2015]



ISBN 978-85-203-6005-7

Sumário

Agradecimentos.....	11
Apresentação.....	13
Nota do Autor à Terceira Edição.....	15

Capítulo 1

Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1	Princípios processuais penais.....	33
1.2	A convenção americana de direitos humanos e as garantias processuais.....	33
1.3	Garantia do juiz independente e imparcial.....	38
1.4	Garantia do juiz natural.....	43
1.5	Garantias do contraditório e ampla defesa.....	50
1.6	Garantia da igualdade de partes.....	55
1.7	Garantia do estado de inocência.....	56
1.8	Garantia da motivação.....	58
1.9	Garantia da publicidade.....	63
1.10	Garantia do duplo grau de jurisdição.....	66
1.11	Garantia do processo no prazo razoável.....	68
1.12	Garantia do devido processo legal.....	78
1.13	A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	79
1.14	Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	87
1.14.1	Características.....	87
1.14.2	A essência do processo penal acusatório.....	88
1.14.3	Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	89

Capítulo 2

Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1	A lei processual penal no tempo.....	93
2.1.1	Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	94
2.1.2	Direito intertemporal: problemas específicos.....	97
2.1.2.1	Normas sobre procedimento.....	97
2.1.2.2	Normas sobre prova.....	98
2.1.2.3	Normas sobre recursos.....	99
2.1.2.4	Normas sobre prisão e liberdade.....	102
2.2	A lei processual penal no espaço.....	104
2.3	Interpretação da lei processual penal.....	106

Capítulo 3

Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1	Noções gerais.....	113
3.2	Inquérito policial: finalidade.....	114
3.3	Inquéritos extrapoliciais.....	115
3.4	Natureza jurídica e características.....	116

18 PROCESSO PENAL

3.5	Dispensabilidade do inquérito	118
3.6	Âmbito de atuação da autoridade policial.....	119
3.7	Início do inquérito policial.....	121
3.8	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies	125
3.9	Diligências	125
3.10	Identificação criminal	130
3.11	Indiciamento.....	133
3.12	Incomunicabilidade do preso.....	135
3.13	Término do inquérito policial.....	135
3.14	Arquivamento do inquérito policial	138
3.15	Vícios do inquérito policial	140
3.16	Valor probatório	141
3.15	Investigação pelo Ministério Público	143
3.16	Investigação pela defesa	146

Capítulo 4**Ação penal**

4.1	Noções gerais sobre o direito de ação	153
4.1.1	Teorias imanentistas do direito de ação	153
4.1.2	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação	154
4.1.3	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação	154
4.1.4	Teoria da ação de Liebman	155
4.2	Condições da ação penal.....	156
4.2.1	Possibilidade jurídica do pedido	157
4.2.2	Interesse de agir	159
4.2.3	Legitimidade de partes	160
4.2.4	Justa causa para a ação penal.....	162
4.2.5	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito	169
4.3	Classificação da ação penal.....	176
4.3.1	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada	176
4.3.2	Critério subjetivo de classificação	178
4.3.3	Determinação da espécie de ação penal.....	179
4.3.4	Razão de ser das espécies de ação penal.....	181
4.3.5	Características fundamentais das espécies de ação penal	181
4.4	Ação penal pública incondicionada.....	182
4.4.1	Noções gerais	182
4.4.2	Princípios.....	182
4.5	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.....	183
4.6	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	186
4.7	Ação penal de iniciativa privada.....	187
4.7.1	Princípios.....	187
4.7.2	Queixa	187
4.8	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	189
4.8.1	Decadência.....	189
4.8.2	Renúncia ao direito de queixa	190
4.8.3	Perdão do ofendido	191
4.8.4	Perempção	192
4.9	Denúncia ou queixa	193
4.9.1	Requisitos da denúncia ou queixa	193
4.9.1.1	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	194
4.9.1.2	Qualificação do acusado.....	196
4.9.1.3	Classificação do crime	196
4.9.1.4	Rol de testemunhas.....	197

4.9.1.5	Elementos autenticativos	198
4.9.2	Aditamento da denúncia	198

Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1	Noções gerais	203
5.2	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização	203
5.3	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	204
5.4	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis	206
5.5	Sentença condenatória e o responsável civil	207
5.6	Rescisão do julgado penal	209
5.7	Efeitos civis da absolvição penal	209
5.7.1	Absolvição por excludentes de ilicitude	212
5.7.1.1	Legítima defesa	212
5.7.1.2	Estado de necessidade	213
5.7.1.3	Estrito cumprimento do dever legal	214
5.7.1.4	Exercício regular de direito	214
5.8	Vinculação da absolvição e contraditório	215

Capítulo 6 Competência

6.1	Noções gerais	219
6.2	Concretização da competência	221
6.3	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento	224
6.4	Critérios de distribuição de competência	227
6.4.1	Competência pelo lugar da infração	231
6.4.2	Competência pelo domicílio ou residência do réu	234
6.4.3	Competência pela prevenção	237
6.4.4	Competência pela natureza da infração	238
6.4.5	Competência pela distribuição	240
6.4.6	Competência por prerrogativa de função	242
6.5	Prorrogação da competência	246
6.5.1	Noções preliminares	246
6.5.2	Prorrogação de competência: conceito e espécies	248
6.5.3	Conexão	250
6.5.4	Continência	253
6.5.5	Efeitos da conexão e da continência	254
6.5.6	Dos critérios de definição do foro prevalecte	257
6.5.7	Desaforamento	263
6.5.8	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	263
6.6	Disposições especiais sobre competência	264

Capítulo 7 Sujeitos processuais

7.1	Juiz	273
7.1.1	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes	273
7.1.1.1	Hipóteses de impedimentos	274
7.1.1.2	Hipóteses de incompatibilidades	278
7.1.1.3	Procedimento	278
7.1.1.4	Efeitos	278
7.1.2	Suspeição do juiz	279

20 PROCESSO PENAL

	7.1.2.1	Hipóteses de suspeição.....	279
	7.1.2.2	Abstenção do juiz.....	281
	7.1.2.3	Atos do juiz suspeito.....	281
	7.1.2.4	Suspeição dos jurados.....	281
7.2		Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	282
7.3		Ministério Público.....	283
	7.3.1	Natureza jurídica.....	283
	7.3.2	Parte interessada ou "parte imparcial".....	284
	7.3.3	Princípios do Ministério Público.....	286
	7.3.4	Impedimentos do Ministério Público.....	287
7.4		Autoridade policial.....	288
7.5		Acusado.....	288
	7.5.1	Questões terminológicas.....	288
	7.5.2	Pessoa jurídica.....	289
	7.5.3	A autodefesa do acusado.....	289
	7.5.4	Revelia do acusado.....	290
7.6		Defensor.....	291
	7.6.1	Defesa técnica.....	291
	7.6.2	Finalidade da defesa.....	291
	7.6.3	Aspectos terminológicos.....	291
	7.6.4	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	291
	7.6.5	Momento inicial da defesa técnica.....	292
7.7		Curador.....	293
	7.7.1	Finalidade.....	293
7.8		Assistente de acusação.....	294
	7.8.1	Finalidade.....	295
	7.8.2	Cabimento.....	296
	7.8.3	Momento.....	297
	7.8.4	Legitimados.....	298
	7.8.5	Poderes do assistente.....	300
	7.8.6	O assistente e a testemunha.....	301

Capítulo 8**Questões e processos incidentes**

8.1		Questões e processos incidentes.....	307	
8.2		Questões prejudiciais.....	308	
	8.2.1	Noções gerais.....	308	
	8.2.2	Classificações.....	309	
	8.2.3	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas.....	311	
	8.2.4	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	313	
	8.2.5	Legitimados.....	315	
	8.2.6	Momento de arguição.....	315	
	8.2.7	Recurso.....	316	
8.3		Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade.....	317	
	8.3.1	Exceção de suspeição.....	317	
		8.3.1.1	Abstenção do juiz.....	317
		8.3.1.2	Legitimados.....	318
		8.3.1.3	Momento da arguição.....	318
		8.3.1.4	Procedimento.....	319
		8.3.1.5	Exceção de suspeição dos jurados.....	321
		8.3.1.6	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público....	321
		8.3.1.7	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	322

	8.3.1.8	Suspeição da autoridade policial	322
8.3.2		Da alegação de impedimentos e incompatibilidades	323
	8.3.2.1	Procedimento.....	323
8.4		Da exceção de incompetência	323
	8.4.1	Hipóteses de incompetência.....	324
	8.4.2	Abstenção do juiz	324
	8.4.3	Legitimados	325
	8.4.4	Momento da arguição.....	326
	8.4.5	Procedimento.....	326
8.5		Exceção de litispendência e de coisa julgada	328
	8.5.1	Distinção.....	328
	8.5.2	Legitimados	329
	8.5.3	Momento de arguição.....	330
	8.5.4	Procedimento.....	330
	8.5.5	Recurso	331
8.6		Exceção de ilegitimidade de parte	331
	8.6.1	Cabimento	331
	8.6.2	Legitimados	332
	8.6.3	Momento de arguição.....	333
	8.6.4	Procedimento.....	333
	8.6.5	Recurso	334
8.7		Da restituição das coisas apreendidas	334
	8.7.1	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	334
	8.7.2	Legitimados	335
	8.7.3	Momento	336
	8.7.4	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida	336
	8.7.5	Requisitos	337
	8.7.6	Procedimento.....	338
	8.7.7	Destino das coisas não restituídas	340
	8.7.8	Natureza jurídica	341
8.8		Incidente de falsidade documental.....	342
	8.8.1	Cabimento	342
	8.8.2	Legitimados	344
	8.8.3	Momento	345
	8.8.4	Procedimento.....	345
8.9		Incidente de insanidade mental.....	347
	8.9.1	Cabimento	347
	8.9.2	Legitimados	348
	8.9.3	Momento	348
	8.9.4	Procedimento	349
	8.9.5	Resultado do laudo.....	351

Capítulo 9

Comunicação dos atos processuais

9.1		Atos de comunicação processual.....	357
9.2		Citação.....	357
	9.2.1	Noções gerais e espécies de citação	357
	9.2.2	Citação por mandado	358
	9.2.3	Citação por edital.....	364
	9.2.4	Citação com hora certa	367
	9.2.5	Citação e revelia	368
	9.2.6	Vícios da citação.....	370
9.3		Intimação.....	370

Capítulo 10

Da prova

10.1	Teoria geral da prova	377
10.1.1	Noções preliminares	377
10.1.2	Processo penal, prova e verdade	378
10.1.3	Conceitos e significados sobre a prova	381
10.1.4	Meios de prova e meios de obtenção de prova	383
	10.1.4.1 Meios de prova	384
	10.1.4.2 Meios de obtenção de prova	385
10.1.5	Prova atípica e prova anômala	386
10.1.6	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório	388
10.1.7	Prova emprestada	391
10.1.8	Objeto da prova	395
10.1.9	Momentos probatórios	396
10.1.10	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas	398
10.1.11	Provas ilícitas	401
	10.1.11.1 Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções	401
	10.1.11.2 Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas	403
	10.1.11.3 Prova ilícita por derivação	408
10.1.12	Prova por videoconferência	410
10.1.13	Sistemas de valoração da prova	415
	10.1.13.1 O valor dos elementos informativos do inquérito policial	416
	10.1.13.2 O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração	417
	10.1.13.3 Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis	420
10.1.14	Ônus da prova	423
	10.1.14.1 Noções gerais	423
	10.1.14.2 Ônus da prova: espécies	424
	10.1.14.3 Ônus da prova quanto aos elementos do crime	425
10.1.15	Crerios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios	431
10.2	Exame de corpo de delito e outras pericias	434
10.2.1	Conceito	434
10.2.2	Características	434
10.2.3	Classificações	434
10.2.4	Perito	435
10.2.5	Corpo do delito e exame de corpo de delito	435
10.2.6	Exame de corpo de delito direto e indireto	437
10.2.7	Procedimento probatório	439
10.2.8	Valor probatório	441
10.3	Interrogatório	442
10.3.1	Natureza jurídica	442
10.3.2	Características	443
10.3.3	Local do interrogatório	445
10.3.4	Procedimento e conteúdo	445
10.3.5	Valor probatório	446
10.4	Confissão	446
10.4.1	Conceito e elementos	446
10.4.2	Natureza jurídica	447
10.4.3	Classificações	448
10.4.4	Características	448
10.4.5	Valor probatório	449

10.5	Delação ou chamamento do corréu	450
10.5.1	Conceito	450
10.5.2	Natureza jurídica	450
10.5.3	Requisitos	451
10.5.4	Valor probatório	452
10.5.5	Da denominada delação premiada.....	452
10.5.5.1	O acordo de delação premiada.....	454
10.5.5.2	A homologação judicial do acordo	455
10.5.5.3	A produção da prova nos processo com delação premiada	456
10.5.5.4	O valor probatório da delação premiada.....	457
10.6	Declarações do ofendido	461
10.6.1	Posição do ofendido no processo penal	461
10.6.2	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas	461
10.6.3	Natureza jurídica	462
10.6.4	Procedimento probatório	462
10.6.5	Valor probatório	463
10.7	Prova testemunhal	464
10.7.1	Conceito	464
10.7.2	Características.....	464
10.7.3	Classificações	465
10.7.4	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	466
10.7.5	Lugar do depoimento.....	467
10.7.6	Procedimento probatório	468
10.7.7	Contradita.....	471
10.7.8	Valor probatório da prova testemunhal	472
10.8	Acareação.....	474
10.8.1	Conceito e características.....	474
10.8.2	Procedimento probatório	475
10.8.3	Valor probatório	476
10.9	Reconhecimento de pessoa ou coisa.....	477
10.9.1	Conceito	477
10.9.2	Procedimento.....	477
10.9.3	Valor probatório	479
10.10	Prova documental	481
10.10.1	Conceito	481
10.10.2	Características.....	481
10.10.3	Espécies	482
10.10.4	Documento eletrônico	482
10.10.5	Procedimento probatório	483
10.10.6	Valor probatório	485
10.11	Indícios e presunções	486
10.11.1	Conceito	486
10.11.2	Raciocínio indiciário	486
10.11.3	Valor probatório	487
10.11.4	Indícios e presunções	488
10.11.5	Espécies de presunções	488
10.11.6	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	489
10.11.7	Presunções absolutas	490
10.12	Busca e apreensão.....	491
10.12.1	Busca domiciliar.....	492
10.12.2	Busca pessoal	495
10.12.3	Procedimento da busca e apreensão	497
10.13	Interceptação telefônica	500

24 PROCESSO PENAL

10.13.1	Questões terminológicas.....	500
10.13.2	Disciplina constitucional.....	502
10.13.3	Âmbito de aplicação da Lei nº 9.296/1996.....	506
10.13.4	Natureza jurídica da medida.....	507
10.13.5	Requisitos para a interceptação telefônica.....	507
10.13.6	Legitimados e momento.....	510
10.13.7	Juiz e competência.....	512
10.13.8	Procedimento probatório.....	513
10.13.9	Valor probatório.....	520

Capítulo 11
Sentença e coisa julgada

11.1	Sentença.....	527
11.1.1	Conceito.....	527
11.1.2	Classificação e denominações.....	528
11.1.3	Requisitos da sentença.....	528
11.1.4	Sentença absolutória.....	532
11.1.5	Sentença condenatória.....	533
11.1.6	Intimação da sentença.....	534
11.1.7	Efeitos da sentença.....	535
11.2	Correlação entre acusação e sentença.....	536
11.2.1	Noções gerais.....	536
11.2.2	Emendatio libelli (CPP, art. 383).....	537
11.2.3	Mutatio libelli (CPP, art. 384).....	538
11.3	Coisa julgada.....	546
11.3.1	Noções gerais.....	546
11.3.2	Coisa julgada formal.....	547
11.3.3	Coisa julgada material.....	547
11.3.4	Limites objetivos da coisa julgada.....	548
	11.3.4.1 Problemas específicos.....	550
11.3.5	Limites subjetivos da coisa julgada.....	552
	11.3.5.1 Problemas específicos.....	552

Capítulo 12
Do Processo

12.1	Natureza do processo.....	559
12.2	Objeto do processo penal.....	565
12.2.1	A irrelevância da lide penal.....	565
12.2.1	A pretensão punitiva: pretensão material.....	574
12.2.3	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	579
12.3	Dos chamados pressupostos processuais.....	582

Capítulo 13
**Dos procedimentos: procedimento ordinário,
sumário e sumaríssimo e procedimentos especiais**

13.1	Noções preliminares.....	589
13.2	Do procedimento comum ordinário.....	592
13.2.1	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	592
13.2.2	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	594
13.2.3	Citação do acusado.....	595
13.2.4	Resposta.....	595
13.2.5	Absolvição sumária.....	600

13.2.6	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa	602
13.2.7	Audiência de instrução, debates e julgamento	604
13.2.7.1	Declarações do ofendido	604
13.2.7.2	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	605
13.2.7.3	Esclarecimentos dos peritos	609
13.2.7.4	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas	609
13.2.7.5	Interrogatório	610
13.2.7.6	Diligências complementares	612
13.2.7.7	Alegações finais.....	612
13.2.7.8	Sentença	616
13.3	Procedimento sumário.....	619
13.3.1	Aplicação do procedimento sumário.....	620
13.3.2	O novo procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	621
13.4	Do procedimento sumaríssimo nos juzados especiais criminais	623
13.4.1	Noções preliminares	623
13.4.2	Infração penal de menor potencial ofensivo	624
13.4.3	Processo penal consensual	626
13.4.3.1	Composição civil	627
13.4.3.2	Representação do ofendido	627
13.4.3.3	Transação penal.....	629
13.4.3.4	Suspensão condicional do processo	634
13.4.4	Procedimento.....	637
13.4.4.1	Termo circunstanciado	639
13.4.4.2	Audiência preliminar	639
13.4.4.3	Audiência de instrução e julgamento	643
13.5	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri	647
13.5.1	Noções preliminares	647
13.5.2	Características constitucionais do júri brasileiro.....	649
13.5.2.1	Plenitude de defesa	649
13.5.2.2	Sigilo das votações	650
13.5.2.3	Soberania dos veredictos	651
13.5.2.4	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	652
13.5.3	Procedimento no juízo de acusação	654
13.5.3.1	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	654
13.5.3.2	Juízo de admissibilidade da acusação	654
13.5.3.3	Citação do acusado	655
13.5.3.4	Resposta.....	655
13.5.3.5	Réplica	655
13.5.3.6	Absolvição sumária do art. 397	656
13.5.3.7	Audiência de instrução, debates e julgamento	657
13.5.3.7.1	Declarações do ofendido	657
13.5.3.7.2	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	658
13.5.3.7.3	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas	659
13.5.3.7.4	Interrogatório	659
13.5.3.7.5	Alegações finais	659
13.5.4	Pronúncia	660
13.5.5	Impronúncia	665
13.5.6	Absolvição sumária	666
13.5.7	Desclassificação	669
13.5.8	Juízo da causa – Noções preliminares.....	672
13.5.9	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	673
13.5.10	Preparação do processo	674

13.5.11	Desaforamento.....	674
13.5.12	Aceleração do julgamento.....	679
13.5.13	Ordem dos julgamentos.....	679
13.5.14	A função dos jurados e a organização do júri.....	680
13.5.15	Formação e convocação do júri.....	683
13.5.16	Do julgamento pelo júri.....	684
13.5.16.1	Verificação da presença das partes e testemunhas.....	684
13.5.16.2	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	687
13.5.16.3	Pregão e adiamentos.....	687
13.5.16.4	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados....	688
13.5.16.5	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas.....	691
13.5.16.6	Compromisso dos jurados.....	693
13.5.16.7	Oitiva da vítima e das testemunhas.....	693
13.5.16.8	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimen- tos dos peritos.....	694
13.5.16.9	Leitura de peças.....	694
13.5.16.10	Interrogatório do acusado.....	698
13.5.16.11	Uso de algemas.....	698
13.5.16.12	Debates orais.....	700
13.5.16.13	Vedação de utilização de argumentos.....	703
13.5.16.14	Juntada de documentos.....	705
13.5.16.15	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	707
13.5.16.16	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	708
13.5.16.17	Leitura dos quesitos.....	708
13.5.16.18	Sala secreta.....	709
13.5.16.19	Quesitos.....	709
13.5.16.20	Votação dos quesitos.....	715
13.5.16.21	Sentença.....	717
13.5.16.22	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	718
13.5.16.23	Leitura da sentença.....	722
13.6	Procedimento dos crimes falimentares.....	722
13.6.1	Noções gerais.....	722
13.6.2	Extinção do inquérito judicial.....	723
13.6.3	Ação penal subsidiária.....	724
13.6.4	Sentença declaratória da falência.....	724
13.6.5	Recebimento da denúncia.....	724
13.6.6	Competência do juiz criminal.....	725
13.7	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	725
13.7.1	Reflexos da Lei nº 11.719/2008 no procedimento especial.....	725
13.7.2	Cabimento do procedimento.....	727
13.7.3	Competência e foro por prerrogativa de função.....	728
13.7.4	Denúncia.....	729
13.7.5	Resposta escrita.....	730
13.7.6	Recebimento da denúncia.....	732
13.7.7	Rejeição da denúncia.....	733
13.8	Procedimento dos crimes contra a honra.....	734
13.8.1	Noções gerais.....	734
13.8.2	Cabimento.....	736
13.8.3	Audiência de reconciliação.....	736
13.8.4	Exceção da verdade.....	739
13.8.5	Exceção da notoriedade do fato.....	742
13.8.6	Pedido de explicações.....	743
13.9	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	745

13.9.1	Noções gerais	745
13.9.2	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	747
	13.9.2.1 O exame pericial	747
	13.9.2.2 Ação penal.....	751
13.9.3	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública	754
13.9.4	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial	757
13.10	Do procedimento especial dos crimes de drogas	758
13.10.1	Noções gerais	758
13.10.2	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei nº 11.719/2008.....	759
13.10.3	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes	761
13.10.4	Inquirito policial	762
13.10.5	Oferecimento da denúncia	764
13.10.6	Possibilidade de rejeição da denúncia	765
13.10.7	Notificação.....	766
13.10.8	Resposta	766
13.10.9	Diligências	768
13.10.11	Juízo de admissibilidade da acusação	768
13.10.12	Possibilidade de absolvição sumária	771
13.10.13	Audiência de instrução e julgamento	771

Capítulo 14

Nulidade dos atos processuais

14.1	Noções gerais	783
14.2	Atos inexistentes.....	785
14.3	Nulidades absolutas	789
14.4	Nulidades relativas.....	789
14.5	Princípios relativos às nulidades	790
	14.5.1 Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas	790
	14.5.2 Princípio da causalidade	792
	14.5.3 Princípio do interesse.....	793
14.6	Nulidades cominadas no CPP	793
14.7	Convalidação dos atos processuais.....	802
14.8	Meios para alegar as nulidades	805

Capítulo 15

Recursos

15.1	Teoria geral dos recursos	809
15.1.1	Fundamento do direito ao recurso	809
15.1.2	Conceito e classificações	810
15.1.3	Princípios relativos aos recursos	811
	15.1.3.1 Taxatividade.....	811
	15.1.3.2 Unirrecorribilidade das decisões.....	811
	15.1.3.3 Fungibilidade recursal	811
	15.1.3.4 Dialecticidade	815
	15.1.3.5 Disponibilidade.....	815
	15.1.3.6 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	816
	15.1.3.7 Personalidade dos recursos e proibição de reformatio in pejus....	816
15.1.4	Efeitos dos recursos.....	819
	15.1.4.1 Efeito devolutivo.....	819
	15.1.4.2 Efeito suspensivo	820
	15.1.4.3 Efeito regressivo ou iterativo	821
	15.1.4.4 Efeito extensivo	822
15.1.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	822

	15.1.5.1	Juízo de admissibilidade.....	822
	15.1.5.2	Juízo de mérito.....	824
15.1.6		Requisitos de admissibilidade.....	825
	15.1.6.1	Cabimento.....	825
	15.1.6.2	Tempestividade.....	825
	15.1.6.3	Regularidade procedimental.....	827
	15.1.6.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	828
		15.1.6.4.1 Fatos impeditivos.....	828
		15.1.6.4.2 Fatos extintivos.....	831
	15.1.6.5	Legitimidade.....	833
	15.1.6.6	Interesse.....	834
15.2		Apelação.....	836
	15.2.1	Noções gerais.....	836
	15.2.2	Requisitos de admissibilidade.....	836
		15.2.2.1 Cabimento – CPP, art. 593.....	836
		15.2.2.2 Tempestividade.....	840
		15.2.2.3 Regularidade procedimental.....	841
		15.2.2.4 Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	842
		15.2.2.5 Legitimidade.....	843
		15.2.2.6 Interesse.....	844
	15.2.3	Procedimento.....	844
	15.2.4	Efeitos da apelação.....	844
15.3		Recurso em sentido estrito.....	845
	15.3.1	Noções gerais.....	845
	15.3.2	Requisitos de admissibilidade.....	846
		15.3.2.1 Cabimento – CPP, art. 581.....	846
		15.3.2.2 Tempestividade.....	852
		15.3.2.3 Regularidade procedimental.....	853
		15.3.2.4 Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	854
		15.3.2.5 Legitimidade.....	854
		15.3.2.6 Interesse.....	855
	15.3.3	Procedimento.....	855
	15.3.4	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	856
15.4		Embargos de declaração.....	857
	15.4.1	Noções gerais.....	857
	15.4.2	Requisitos de admissibilidade.....	857
		15.4.2.1 Cabimento.....	857
		15.4.2.2 Tempestividade.....	859
		15.4.2.3 Regularidade procedimental.....	859
		15.4.2.4 Legitimidade e interesse.....	859
	15.4.3	Procedimento.....	860
	15.4.4	Efeitos dos embargos de declaração.....	860
	15.4.5	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	861
	15.4.6	Julgamento dos embargos de declaração.....	862
15.5		Embargos infringentes e de nulidades.....	863
	15.5.1	Noções gerais.....	863
	15.5.2	Requisitos de admissibilidade.....	863
		15.5.2.1 Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	863
		15.5.2.2 Tempestividade.....	864
		15.5.2.3 Regularidade procedimental.....	865
		15.5.2.4 Legitimidade e interesse.....	866
	15.5.3	Procedimento.....	866
	15.5.4	Efeitos dos embargos infringentes.....	866

15.6	Carta testemunhável	867
15.6.1	Noções gerais	867
15.6.2	Requisitos de admissibilidade	868
15.6.2.1	Cabimento	868
15.6.2.2	Tempestividade	868
15.6.3	Procedimento.....	869
15.6.4	Efeitos da carta testemunhável	869
15.7	Correição parcial.....	870
15.7.1	Noções gerais	870
15.7.2	Requisitos de admissibilidade	870
15.7.2.1	Cabimento	870
15.7.2.2	Tempestividade	872
15.7.3	Procedimento.....	872
15.7.4	Efeitos da correição parcial	873
15.8	Recursos especial e extraordinário	873
15.8.1	Noções gerais	873
15.8.2	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	874
15.8.2.1	Cabimento	874
15.8.2.1.1	Questões comuns	874
15.8.2.1.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	877
15.8.2.1.3	Hipóteses de cabimento do recurso especial	881
15.8.2.2	Tempestividade	883
15.8.2.3	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	883
15.8.2.4	Legitimidade	884
15.8.2.5	Interesse.....	884
15.8.3	Procedimento.....	885
15.8.4	Os recursos repetitivos no STF e no STJ	886
15.8.5	Efeitos dos recursos especial e extraordinário	890
15.9	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	892
15.9.1	Noções gerais	892
15.9.2	A Lei 12.322/2010 e o novo agravo	892
15.9.3	Requisitos de admissibilidade	895
15.9.3.1	Cabimento	895
15.9.3.2	Tempestividade	895
15.9.4	Procedimento.....	896
15.9.5	Efeitos do agravo	897
15.10	Agravo em execução.....	898
15.10.1	Noções gerais	898
15.10.2	Requisitos de admissibilidade	898
15.10.2.1	Cabimento	898
15.10.2.2	Tempestividade	898
15.10.2.3	Legitimidade e interesse	899
15.10.3	Procedimento.....	899
15.10.4	Efeitos do agravo em execução	899

Capítulo 16

Habeas corpus

16.1	Natureza jurídica	903
16.2	Notícias históricas.....	903
16.3	Tutela jurisdicional	904
16.4	Condições da ação.....	905
16.4.1	Possibilidade jurídica do pedido	905

16.4.2	Interesse de agir	906
16.4.3	Legitimidade	910
16.4.3.1	Legitimados ativos	910
16.4.3.2	Legitimado passivo	912
16.5	Pressupostos processuais	913
16.6	Competência	915
16.7	Procedimento	916
16.8	Ônus da prova	918

Capítulo 17 Revisão criminal

17.1	Noções gerais	923
17.2	Condições da ação	925
17.2.1	Possibilidade jurídica do pedido	925
17.2.2	Interesse de agir	929
17.2.3	Legitimidade	930
17.3	Pressupostos processuais	930
17.4	Procedimento	931
17.5	Ônus da prova	932
17.6	Efeitos da sentença absolutória	933
17.7	Coisa julgada	934
17.8	Indenização pelo erro judiciário	934

Capítulo 18 Medidas cautelares

18.1	Teoria geral da tutela cautelar processual penal	937
18.1.1	Espécies de medidas cautelares	937
18.1.2	Características das tutelas cautelares	938
18.1.2.1	Instrumentalidade hipotética	938
18.1.2.2	Acessoriedade	939
18.1.2.3	Preventividade	939
18.1.2.4	Provisoriedade	940
18.1.2.5	Cognição sumária	941
18.1.2.6	Referibilidade	943
18.1.2.7	Proporcionalidade	944
18.1.3	Legalidade das medidas cautelares penais	944
18.1.4	Processo cautelar e medidas cautelares penais	947
18.1.5	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal	948
18.2	Medidas cautelares pessoais	951
18.2.1	Características das medidas cautelares pessoais	953
18.2.1.1	Necessidade e adequação das medidas cautelares	953
18.2.1.2	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada	956
18.2.1.3	Contraditoriedade	959
18.2.1.4	Excepcionalidade da prisão preventiva	960
18.2.1.5	Cumulatividade	960
18.2.2	Prisão em flagrante	961
18.2.2.1	Conceito e finalidade	961
18.2.2.2	Classificação	961
18.2.2.3	Situação de flagrante	962
18.2.2.4	Situações especiais	963

18.2.2.5	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	965
18.2.2.6	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade.....	968
18.2.2.7	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial ...	969
18.2.3	Prisão preventiva	971
18.2.3.1	Momento para decretação	972
18.2.3.2	Legitimidade para requerer a prisão	973
18.2.3.3	Legitimidade para decretar a prisão.....	974
18.2.3.4	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	974
18.2.3.5	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	975
18.2.3.6	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	977
	18.2.3.6.1 Garantia da ordem pública.....	977
	18.2.3.6.2 Garantia da ordem econômica	981
	18.2.3.6.3 Conveniência da instrução criminal.....	982
	18.2.3.6.4 Assegurar a aplicação da lei penal.....	983
	18.2.3.6.5 A nova situação de <i>periculum libertatis</i> : o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão ..	984
18.2.3.7	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	986
	18.2.3.7.1 A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada	988
18.2.3.8	Necessidade de fundamentação	989
18.2.3.9	Prisão domiciliar.....	992
18.2.3.10	Revogação da prisão preventiva	993
18.2.4	Prisão temporária.....	994
18.2.4.1	Hipóteses de cabimento	995
18.2.4.2	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	996
18.2.4.3	Legitimados para requerer a prisão temporária	997
18.2.4.4	Prazo e término da prisão temporária.....	997
18.2.4.5	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	998
18.2.5	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	999
18.2.5.1	Novas medidas alternativas à prisão preventiva	999
18.2.5.2	Natureza: as novas medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?	1000
18.2.5.3	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão	1001
18.2.5.4	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1004
18.2.5.5	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão	1005
18.2.5.6	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	1007
18.2.5.7	Medidas em espécie.....	1009
	18.2.5.7.1 Comparecimento periódico a juízo.....	1009
	18.2.5.7.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1011
	18.2.5.7.3 Proibição de contato com pessoa determinada	1013
	18.2.5.7.4 Proibição de ausentar-se da comarca.....	1015
	18.2.5.7.5 Recolhimento domiciliar noturno	1017
	18.2.5.7.6 Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1018
	18.2.5.7.7 Internação provisória do acusado imputável ou semi-imputável.....	1024
	18.2.5.7.8 Fiança.....	1026

	18.2.5.7.8.1	Cabimento e os crimes inafiançáveis	1027
	18.2.5.7.8.2	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade	1031
	18.2.5.7.8.3	Legitimidade para conceder a fiança	1032
	18.2.5.7.8.4	Valor da fiança	1033
	18.2.5.7.8.5	Destino dos bens dados em fiança	1034
	18.2.5.7.8.6	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda.....	1035
	18.2.5.7.9	Monitoração eletrônica.....	1038
	18.2.5.7.10	Proibição de ausentar-se do país	1040
18.2.6		Liberdade provisória	1041
	18.2.6.1	Noções gerais	1041
	18.2.6.2	Natureza jurídica	1042
	18.2.6.3	Vedação da liberdade provisória.....	1042
	18.2.6.4	Classificação	1044
	18.2.6.5	Momento	1044
	18.2.6.6	Concessão da liberdade provisória	1044
	18.2.6.7	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude	1045
	18.2.6.8	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1046
	18.2.6.9	Liberdade provisória mediante fiança	1047
18.3		Medidas cautelares patrimoniais	1047
	18.3.1	Sequestro	1049
	18.3.1.1	Sequestro de bens imóveis.....	1049
	18.3.1.1.1	Objeto.....	1049
	18.3.1.1.2	Requisito	1050
	18.3.1.1.3	Legitimados.....	1050
	18.3.1.1.4	Momento.....	1051
	18.3.1.1.5	Finalidade.....	1051
	18.3.1.1.6	Levantamento.....	1052
	18.3.1.1.7	Influência do resultado do processo condenatório.....	1053
	18.3.1.2	Sequestro de bens móveis.....	1054
	18.3.1.3	Meios de defesa contra o sequestro de bens	1055
	18.3.1.5	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2º, do Código Penal	1059
	18.3.1.6	Sequestro do Decreto-lei nº 3.240/1941: divergência sobre sua revogação.....	1062
18.3.2		Especialização e registro da hipoteca legal	1064
	18.3.2.1	Objeto	1065
	18.3.2.2	Requisito	1065
	18.3.2.3	Legitimados	1065
	18.3.2.4	Momento	1065
	18.3.2.5	Procedimento.....	1066
	18.3.2.6	Finalidade	1067
18.3.3		Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	1068
18.3.4		Arresto subsidiário de bens móveis	1069
18.3.5		Da alienação antecipada	1071
	18.3.5.1	Finalidade e hipótese de cabimento	1071
	18.3.5.2	Procedimento.....	1072
		Referências Bibliográficas	1081